

## Higienização e salubridade na Cidade da Parahyba de início do século XX

Waldeci Ferreira Chagas

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus de Guarabira

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – PPGH

waldecichagas@uol.com.br

Não é só nos grandes meios cosmopolitas que a Prefeitura toma para si o encargo de zelar pela higiene das ruas. Atualmente as principais cidades do país não as distanciam das vistas cuidadosas dos responsáveis pela sua limpeza pública. Então nos centros onde se observa notável movimento a ação municipal é naturalmente mais ativa pelo que só tem a lucrar a saúde do povo, nestes últimos tempos bastante ameaçada por toda sorte de doenças perigosas.<sup>1</sup>

Durante as primeiras décadas do século XX, a implementação dos serviços e equipamentos urbanos foi marcante no Brasil e foi quem garantiu o tom e a imagem da paisagem que as urbes passaram a apresentar, mas isso não bastava para mantê – las aprazíveis aos olhos e desejos dos cidadãos, era preciso higienizá-las. Por isso, fora objeto de preocupação dos médicos e por longo período se constituíra no principal ponto de pauta nas reuniões das associações médicas<sup>2</sup> em várias cidades, a exemplo da Parahyba, São Paulo e Rio de Janeiro etc. Nas discussões fomentadas o estado sanitário e a presença das classes pobres no cenário urbano se destacaram, e foram considerados empecilhos a modernização.

Na Parahyba, os médicos sanitaristas identificaram diversos fatores responsáveis pela disseminação das patologias e passaram a sugerir aos prefeitos ações na perspectiva de que a salubridade e a higienização fossem assegurados, o que se acentuou nos anos 10 e perdurou até o final da década de 1920; quando a preocupação com a saúde pública tornou – se mais efetiva e foi incorporada a proposta de modernização da cidade.

Para isso, os médicos sugeriram aos prefeitos várias medidas, entre elas a demolição dos casebres, a implementação da campanha de vacinação, a limpeza das vias públicas, a reorganização do serviço médico sanitário, e a criação da comissão de vacinação. Ainda ampliaram o esgoto sanitário e o calçamento as artérias dos bairros pobres.

Em defesa da salubridade e higienização das urbes, os médicos sanitaristas passaram a averiguar e indicar aos órgãos de saúde pública os bairros onde existissem práticas de vida incondizentes, e fiscalizar se as profilaxias definidas estavam sendo respeitadas. Como o objetivo era disseminar entre as classes pobres as medidas de combate as doenças, prevaleceu a coerção.

Dentre os instrumentos coercitivos, a vacinação e a demolição das moradias das classes pobres se destacaram, porque os médicos sanitaristas passaram a enxerga – los como:

---

<sup>1</sup> A União – 29/01/1920, p. 01

{...} elemento importante, na medida em que era um componente do meio externo e estavam favorecendo a propagação do agente etiológico, e portanto as ações sanitárias, coercitivamente, livrariam os indivíduos saudáveis do contato com o agente e livrariam os indivíduos doentes dos agentes etiológicos, identificando o seu grupo alvo com aqueles indivíduos da sociedade, que estivessem portando alguma moléstia transmissível ou que fossem mais vulneráveis a estas, o que acabava sendo identificado na população pobre, de miseráveis e indigentes.<sup>3</sup>

A partir de então, a moradia dos pobres passou a ser o principal alvo dos médicos sanitaristas, visto que na compreensão destes profissionais para se manter as cidades salubres, era preciso erradicar as casas de taipa e palha do cenário urbano. Esse tipo de “casa, passou a ser considerada o ponto vulnerável do sistema de defesa da higiene urbana”.<sup>4</sup>

Fundamentado nas ações médico – sanitárias<sup>5</sup>, o propósito dos médicos na Parahyba, era o de que operários, estivadores e cabeceiros passassem a morar em casas salubres. Essa exigência não significou que tais casas tenham sido construídas e entregues aos pobres, mas representou o afastamento destes para as áreas distantes da cidade, visto que as moradias de palha e taipa foram consideradas incompatíveis a paisagem da cidade moderna e salubre.

Não demorou e os casebres e mocambos começaram ser demolidos, principalmente os localizados nas ruas próximas ao centro da cidade, haja vista terem sido considerados espaços de contaminação e disseminação das moléstias infecto contagiosas. Além das demolições, tornou-se comum atear fogo nesse tipo de moradia, como medida capaz de combater os germes responsáveis pela disseminação das doenças.<sup>6</sup>

Frente a essa determinação, as famílias pobres foram impedidas de permanecerem morando nos lugares próximos ao centro da cidade em função de não poderem erguer suas casas conforme as determinações dos médicos sanitaristas. Quanto aos mendigos que passaram a perambular nas ruas, foram recolhidos às instituições de caridade.

Por essa época poucos trabalhadores, a exemplo do operário José Antônio dos Santos, residente na Rua Formosa, continuaram morando neste local, haja vista não disporem de recursos para erguerem casa de tijolo e coberta de telha, conforme eram as recomendações da Prefeitura. Em

---

<sup>2</sup> Ver ata das reuniões da Associação médica da Parahyba, fundada em ... e para o caso de São Paulo ver...

<sup>3</sup> MERHY, Emerson Elias. op. cit. p. 103

<sup>4</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. op. cit. p. 132

<sup>5</sup> Os preceitos das ações médico – sanitárias foram formuladas pelo sanitarista americano C. Winslow, o qual afirmava que a saúde pública moderna deve estar firmada tanto na administração pública cientificamente fundamentada, quanto na Educação sanitária como instrumento básico das práticas médico – sanitárias. Sobre essa questão ver MERHY, Emerson Elias. op. cit. p. 93

<sup>6</sup> A União – 01/03/1913, p.03 Ver também REZENDE, Antônio Paulo. **(DES) Encantos Modernos:** histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997, pp. 21-48. GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana x Mucambópolis O Estado Novo na Cidade do Recife (década de 1930)**. Recife: mimeo, 1997. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE)

função disso, muitas famílias pobres, à maioria provenientes do interior do estado foram obrigadas a ocuparem as franjas distantes da cidade, pois tiveram seus mocambos condenados pelo Serviço de Saúde Pública.<sup>7</sup>

As ações desse órgão de saúde foram reforçadas pelo código de postura, o intuito era garantir o cumprimento das práticas médicas sanitaristas e a salubridade da urbe. Paralelo a isso, os médicos ainda uniram seu saber ao poder político dos prefeitos. Essa união resultou na aplicação mais efetiva do código de postura, e possibilitou a Prefeitura fiscalizar o cumprimento ou não das determinações que incidiam sobre o ordenamento do espaço urbano. Com isso, a construção das casas passou a depender não só das orientações médico sanitária, mas sobretudo da autorização do prefeito, o objetivo dessa medida era controlar a construção das residências e coibir a desorganização que outrora caracterizara o cenário urbano, mas principalmente mantê-lo salubre e higiênico.

A cidade desejada não podia dispor de casas insalubres e disformes; por isso as moradias só poderiam ser construídas se estivessem conforme as determinações do código de postura.

Esse documento passou a incidir sobre várias questões, entre elas a estrutura interna e externa das casas, a extensão em relação ao limite da rua, alinhamento e manutenção das condições básicas, a exemplo da obrigatoriedade do proprietário pintar a fachada externa da sua casa, pelo menos duas vezes ao ano, além de construir nelas janelas frontais, indispensáveis a circulação do ar e entrada dos raios solares. Tais recomendações eram lembradas pelos médicos sanitaristas como dignas de uma casa saudável e higiênica. (discutir leis, posturas, códigos)

A efetivação dessas determinações, aceleraram o afastamento das famílias pobres para os arrabaldes distantes do centro da cidade, manteve a racionalização do cenário urbano e deu configuração aos espaços periféricos.

A partir do desejo dos médicos de querer higienizar e desodorizar a cidade, a ocupação do bairro de Jaguaribe tornou-se efetiva e foi definido como espaço das classes pobres, visto que passou a ser comum os proprietários de sítios localizados nesse bairro, lotearem seus imóveis e neles abrigarem as famílias expulsas dos casebres e mocambos insalubres do centro da cidade, além dos retirantes que comumente chegavam a Capital fugidos da seca.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> A União – 01/03/1913, p. 03

<sup>8</sup> Mediante ação dos proprietários e em comum acordo com a Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, vários sítios foram doados a essa congregação religiosa como auxílio as suas obras de caridade. Desta feita, a Santa Casa se encarregava de distribuir pequenos lotes entre as famílias pobres e auxiliá-las na construção de uma pequena casa de porta e janela. Tratavam-se então de casinhas de palha e taipa, autorizadas pelo prefeito, embora questionadas pelos médicos, mesmo assim permaneceram e até os anos 40 compuseram a paisagem do bairro de Jaguaribe, devido ao fato de terem sido construídas distantes do centro da cidade, um número reduzido foi construída em tijolo e cobertas com telha. Ver AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **Cidade de João Pessoa: a memória do Tempo.** João Pessoa: Persona, 1992, p.119 e p.317. MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da minha infância.** João

Tal iniciativa recebeu apoio dos padres residentes nesse bairro, o que levou os proprietários dos sítios a efetivarem sistematicamente, pois era um meio de contribuírem com a Santa Casa de Misericórdia e a Ordem dos Jesuítas; congregações religiosas que desenvolviam trabalhos sociais na cidade da Parahyba, a exemplo da locação dos pobres nos arrabaldes distantes. Portanto, os padres enxergavam nessa iniciativa a oportunidade dos donos dos sítios colaborarem com as ações sociais da Igreja, mas também beneficiarem a salubridade da cidade, haja vista o fato de que as famílias pobres não ficariam a mercê da própria sorte perambulando pelas ruas e infectando a Capital.

Nessa perspectiva, o gesto de lotear os sítios entre as famílias pobres assegurou – lhes a oportunidade de sobrevivência e um lugar para morar e trabalhar. Esse gesto também redefiniu a ocupação do bairro de Jaguaribe, há muito conhecido pelos paraibanos devido à exuberância da sua mata e do rio que abastecia a cidade.

Não demorou e a paisagem composta pelos sítios, chácaras e fazendas foi se transformando, visto que no entorno desses logradouros foram surgindo às casinhas de taipa e palha, ampliando assim o contingente de moradores. Tratavam – se então, de casas simples, com porta e janela, e algumas eram cobertas de telha<sup>9</sup> conforme recomendavam os médicos sanitaristas, mas a maioria ainda era de taipa e palha.

As casas eram construídas fora do alinhamento, o que garantia a paisagem o aspecto disforme e desalinhado, mantinham – se recuadas em relação ao portão de entrada mantendo a feição dos sítios de outrora. No geral mantinham – se as árvores, sobretudo as fruteiras, a exemplo da mangueira e do cajueiro, e um certo distanciamento de uma casa em relação à outra.

Numa paisagem rural e menos urbana, algumas ruas foram abertas, por iniciativa da Prefeitura e de alguns proprietários de sítios. Afora a abertura de ruas, poucas melhorias foram implementadas, visto que nos anos 10/20 a infraestrutura desse bairro limitou – se à construção dos chafarizes públicos.

Em lugar dos estreitos caminhos de barro por onde os moradores de Jaguaribe trafegavam em meio à lama e a poeira, com destino ao centro da cidade, surgiram ruas tortas, desalinhadas e sem nenhuma infraestrutura condizente a salubridade que os médicos sanitaristas desejavam.

Durante os anos 10/20 esse quadro foi uma realidade, visto que só a partir da década de 1930 o calçamento das ruas desse bairro se fez de forma arrojada e efetiva.<sup>10</sup>

---

Pessoa: A União, 1994, p.25 e RIBEIRO, Emilson Ponce Leon. **Retratos de Jaguaribe**: um passeio histórico de 1940 a 1970. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000, pp. 15-17

<sup>9</sup> Registro de Imóvel – Escritura de Compra e Venda, Cartório Pedro Ulysses – Cidade da Parahyba, 1908

<sup>10</sup> RODRIGUEZ, Janete Lins. Acumulação de capital e produção do espaço: o caso da grande João Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980, pp. 51/55

Com a ocupação e loteamento dos sítios, a paisagem de Jaguaribe assumiu outra feição, as ruas abertas se destacaram, pois passaram a ser espaços de tráfego dos moradores e pontos de comunicação entre esse bairro e o centro da cidade, entre elas a Rua Vera Cruz, Rua da Concórdia, Rua da Glória, Rua do Meio, Rua da Alegria e Rua da Palmeira. Tais ruas se constituíram nos principais pontos de povoamento, visto que nelas passou a se concentrar maior contingente de moradores, enquanto o restante da área mantinha – se pouco povoada.<sup>11</sup>

Apesar de nessas ruas se encontrar o maior fluxo de moradores, elas não dispunham de calçamento, água encanada e iluminação, e cada qual não contavam com mais de vinte casinhas de taipa com porta e janela e cobertas de palha.

Esse perímetro do bairro passou a se diferenciar do restante da paisagem em função das casas serem próximas uma da outra, isso garantia um aspecto de comunidade e de relação com o centro da cidade, uma vez que era comum os moradores dessa área trabalharem nas ruas centrais, principalmente as mulheres, nas atividades domésticas.

Embora a Rua da Palmeira fizesse parte da área até então povoada, diferenciava – se das demais artérias, porque dispunha de algumas casas de tijolos e cobertas de telha. Tratavam – se portanto de casas simples, geminadas, com duas janelas frontais, porta lateral e construídas até o limite do terreno.

Em tais casas residiam os operários, alfaiates, costureiras e sapateiros, uma gente simples que trabalhava no comércio ou na indústria e com a ajuda da Igreja Católica construíram suas casas e pagavam o foro do terreno a Santa Casa de Misericórdia da Parahyba. Por volta de 1923, essa prática tornou – se efetiva, pois fora criado no bairro de Jaguaribe o Curato de Nossa Senhora do Rosário, o qual sob a coordenação dos jesuítas passou a receber dos moradores o foro dos terrenos. A partir de então, a construção de casas no entorno da Igreja passou a ser frequente, visto que era comum as pessoas recorrerem ao pároco a procura de um “lote de chão para morar”.<sup>12</sup>

Enquanto a Rua da Palmeira manteve esse caráter, as demais ruas se constituíram espaços de residências das famílias retirantes que chegavam a Capital em busca de sobrevivência, alguns conseguiam emprego nas fábricas de cigarro, sabão e vela, localizadas no centro da cidade. Outras se empregavam nas residências dos comerciantes, médicos, advogados e professores, onde exerciam os serviços domésticos.

---

<sup>11</sup>Registro de Imóvel – Escritura de Compra e Venda, Cartório Pedro Ulysses – Cidade da Parahyba, 1908/1910/1919

<sup>12</sup> Livro de Faculdades da Arquidiocese da Parahyba, 1923, p. 149

À medida que a ocupação de Jaguaribe foi se intensificando, para lá também acorreram os bodegueiros e as prostitutas; homens e mulheres que devido a higienização e salubridade do perímetro urbano foram impedidos de permanecerem no centro da cidade.<sup>13</sup>

Poucas famílias pobres não foram afastadas para esse bairro, ficaram na Rua da Raposa, e experimentaram algumas transformações no seu cotidiano, uma vez que esta artéria fora definida como local onde os pobres poderiam construir suas casas, desde que obedecessem os preceitos de higiene e salubridade definidos pelos médicos sanitaristas.

As exigências dos sanitaristas afastaram ainda mais os poucos moradores da Rua da Raposa, pois não puderam arcar com as despesas de construir uma casa de acordo com as indicações do código de postura.

Mesmo que essa rua tenha sido definida como local dos pobres, estes não ficaram distantes do olhar dos médicos sanitaristas, uma vez que seus hábitos passaram a ser constantemente regulamentados; o propósito era o de que tais famílias não viessem a desestabilizar a ordem pública e voltasse a ser um lugar insano, com um amontoado de casebres insalubres.

A despeito disso, é pertinente a atitude da viúva D. Francisca Maria da Conceição. Tendo chegado a Capital, procedente do interior do estado e sem condições e meios de sobrevivência, essa senhora por intermédio do semanário católico “A Imprensa”, endereçou carta ao Prefeito pedindo-lhe autorização para abrir uma bodega na Rua da Raposa, de onde se manteria e aos filhos também. O pedido fora concedido a D. Francisca e ela passou a morar numa pequena casa de porta e janela que construía com a ajuda dos familiares e vizinhos. Tratava – se, portanto, de uma casa de vão único, de tijolo e coberta de telha, conforme determinava o código de postura, mas transformara em bodega e moradia.<sup>14</sup>

De certa forma, a casa da viúva Francisca Maria da Conceição quebrara os preceitos de higiene e salubridade determinados pelos médicos, pois no espaço construído passou a morar com os quatro filhos e negociar, frutas, verduras e, galinhas criadas nos arredores de casa.

Essa sua condição, embora insalubre, nunca fora alvo de denuncia nos jornais da cidade, uma evidência da cumplicidade que se dava entre os vizinhos, devido à importância dessa bodega para os moradores da Rua da Raposa e, o fato de ser o único ponto de venda de alimento num lugar previamente excluído pelas elites. O silêncio dessa classe em relação à bodega da D.

---

<sup>13</sup> Bodegueiro, proprietário de pequeno estabelecimento comercial, comum aos bairros populares e que são denominados bodegas. Nessa casa comercial se negocia em pequenas quantidades gêneros alimentícios de primeira necessidade, a exemplo de feijão, farinha de mandioca e de milho, café, açúcar, carne seca além de querosene para abastecer os candeeiros utilizados para iluminar o interior das casas. Ver Registro de Imóvel – Escritura de Compra e Venda, Cartório Pedro Ulysses – Cidade da Parahyba, 1919 e CHAGAS, Waldeci Ferreira. “Aspectos históricos do bairro de Jaguaribe”. IN: MENESES, Joedna Reis & OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Orgs.) Anais do IX Encontro Estadual de Professores de História. João Pessoa: Sal da Terra, 2000, p. 263

<sup>14</sup> A União – 18/03/1913, p. 03

Francisca se deve a dois motivos: jamais os gêneros alimentícios negociados nesse local seriam consumidos pelas elites. Logo, para os moradores do centro não importava a qualidade do que lá era oferecido, afóra a isso outro fato era o de que a Rua da Raposa ficava distante da malha urbana da cidade, principalmente do perímetro beneficiado com os serviços e equipamentos urbanos. Portanto, na compreensão dos cidadãos, mesmo que essa artéria viesse a se manter insalubre, jamais poderia contaminá-los, dada a distância que a separava da área saudável e higiênica da urbe.

Destino inverso a esse tiveram os trabalhadores e famílias que insistiram permanecer morando no centro da cidade. Com a institucionalização da higienização pública, os moradores das ruas centrais passaram a denunciar aos médicos sanitaristas, as famílias pobres que insistiam manter e morar em casas de palha e taipa. O fotógrafo Voltaire Dalva, residente a Rua Barão do Triunfo, fora vítima desse processo. O autor da denúncia contra esse artista ressaltou que a casa onde ele insistia morar:

Há vários meses havia sido condenada pela Repartição de Higiene Pública, e o proprietário convidado a fechá-la e abandoná-la por ter sido considerada incompatível com os novos preceitos de higiene, visto que tal residência colaborava com a insalubridade da cidade, no entanto mantinha-se habitada.<sup>15</sup>

Na perspectiva de que as autoridades competentes tomassem as devidas providências, o denunciante lembrava que devido às condições do domicílio, não se tratava de uma casa, mas de um “pardieiro imoral, um barrento buraco de porta e janela, internamente possui uns letreiros que mais parece que funcionava uma bodega, ou coisa parecida”.<sup>16</sup>

Conforme as palavras do denunciante, a casa onde o fotógrafo habitava “não apresentava condições de abrigar um ser humano”, porém não entendia porque o artista fotográfico continuava residindo – a.

Embora o denunciante não quisesse entender, a permanência do fotógrafo numa casa insalubre se devia a sua condição econômica, uma vez que era comum os trabalhadores pobres não possuírem onde morar e nem condições para arcarem com às despesas do aluguel de uma casa de porta e janela nos moldes definidos pelos médicos sanitaristas.

Na impossibilidade de construir uma moradia salubre e higiênica, ou seja, condizente a modernidade, as classes pobres, sobretudo os assalariados e desempregados moravam em pequenas casas de taipa e palha.

Outra evidência desse episódio é o fato da residência do fotógrafo ser denunciada como uma decorrência da sua cultura, e não da condição social que ele vivia, era como se o fotógrafo

---

<sup>15</sup> A União, 25/01/1920 – p. 01

<sup>16</sup> Id. Ibid.

desconhecesse os hábitos de higiene e morasse num casebre de taipa e palha por ignorância e não por determinação das suas condições sociais. As ações recomendadas pelos médicos deixam evidências de que esses profissionais concebiam as classes pobres como ignorantes e que deveriam mudar suas moradias, torna – las condizentes a civilidade.

Por isso, afora as demolições, a ordem dos médicos era mandar queimar os restos dos casebres e barracos, e assim impedir que o material fosse reaproveitado e esses tipos de moradias voltassem a ser reerguidos noutros locais, e a cidade continuasse correndo o risco de contaminação.

Na dúvida, acerca de quem havia concedido autorização ao fotografo para continuar morando na casa onde fora encontrado, mesmo ela tendo sido considerada insalubre e alvo de denúncia no jornal, disse o articulista:

Não sabemos realmente quem autorizou a reabertura daquele ninho de percevejos. Queremos crer, porém que o atual inquilino ali penetrou furtivamente, instalou-se e contrapôs - se às determinações da Repartição de Higiene, contrariando não só esse órgão de saúde pública, como também a beleza arquitetônica da urbe; pois que aquele buraco não poderia ser novamente habitado. Por isso, apelamos mais uma vez para o Dr. Vital de Mello, para que ele tome as providências cabíveis, porque sem dúvida as suas determinações tem sido e estão sendo burladas. Acredito que o nobre médico providenciará sem demora a solução, fazendo evacuar o pardieiro da Rua Barão do Triunfo, uma vez que é uma ofensa a estética daquela rua e uma infração aos princípios da salubridade pública.<sup>17</sup>

Em defesa da salubridade pública, a residência do fotografo, fora alvejada de adjetivos pejorativos, apenas porque não correspondia ao modelo de moradia definido pela Repartição de Higiene. A denúncia elucida a representação que as elites também fizeram acerca dos casebres, mocambos e do processo saúde/doença, ou seja, prevaleceu a idéia dos médicos, a de que apenas afastando o pobre, era suficiente para se manter a cidade salubre. Intensificou – se a compreensão de que a cidade só se tornaria salubre e higiênica, quando os pobres fossem afastados da malha urbana, haja vista a ignorância em que viviam. Esse tipo de compreensão e atitude fora resultado das ações de saúde pública implementada, as quais não fugiram ao que se praticava em outras cidades brasileiras, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo. Nessas cidades também prevaleceu o controle dos corpos e a implantação das medidas profiláticas coercitivas. (discussão sobre política de saúde e história da Repartição de higiene)

Acrescente – se a isso, o fato de que a casa do fotografo estava localizada numa das ruas centrais da cidade, há muito tempo beneficiada com calçamento, luz elétrica, e água encanada. Tratava – se portanto do espaço de moradia das elites. Logo, não era permitido nas proximidades um mocambo ou casebre.

A nota também elucida a desobediência popular as determinações do governo republicano, visto que o fotografo não tinha condições de adquirir, construir ou pagar aluguel de



outro imóvel e continuou residindo no seu casebre de taipa, o que se constituiu uma forma de contrariar o governo e demonstrar que não estava querendo se adequar ao projeto de desodorização e higienização da urbe.

A tal casa motivo de polêmica desde outrora fora condenada pelos médicos sanitaristas. Logo, as recomendações eram as de que fosse demolida, o que se realizou três dias depois de expedida a ordem final.

Esse tipo de procedimento ainda é elucidativo de outra questão, a de que os prefeitos da Cidade da Parahyba ao longo das primeiras décadas do século XX,<sup>18</sup> se utilizaram de medidas autoritárias para manter as ordens médicas e o controle do espaço público, além da higienização e normalização da cidade. No entanto, isso não impediu que as classes pobres desobedecessem a essa política, ou seja, que desrespeitassem as medidas dos prefeitos e médicos, e persistissem habitando em casas de taipa e palha em função de não disporem de outra condição.

Diante da persistência, os dirigentes dos órgãos de saúde pública, se utilizaram da força policial para impor as medidas profiláticas em favor da cidade limpa, desodorizada e saudável. Por isso, os médicos sanitaristas não hesitaram em continuar mandando desocupar e demolir as casas de taipa e palha, cujos moradores persistissem desobedecendo as leis, pois que esse tipo de moradia passou a ser visto como o principal habitat dos vírus e bactérias responsáveis pelas doenças.

---

<sup>17</sup> A União – 25/01/ 1920 p. 01 “Com a Higiene”

<sup>18</sup> Nas duas primeiras décadas do século XX, a Cidade da Parahyba fora administrada pelos prefeitos José Bezerra Cavalcanti (1912-1916), Democrito de Almeida (1916), Antônio Pessoa Filho (1916-1918), Diogenes Gonçalves Pena (1918-1920), Walfredo Guedes Pereira (1920-1924), Trajano Pires da Nobrega (1924-1926) e João Maurício de Medeiros (1926-1928). Entre eles, José Bezerra Cavalcanti e Walfredo Rodrigues se destacaram nas ações de salubridade e higienização pública, em virtude de serem médicos. Ver MAIA, Benedito. Prefeitos de João Pessoa (perfis). João Pessoa: A União, 1985, pp. 16/17